



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

1

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Santa Catarina nº 001/RO.CSSPPO.SC/2019.....

Aos *dezesseis* dias do mês de *dezembro* do ano de *dois mil e dezenove*, às *dez* horas, reuniram-se na sala de reuniões do gabinete do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial do Estado de Santa Catarina, localizado na Avenida Governador Ivo Silveira, número mil e quinhentos e vinte e um, bloco C, no andar ático, Bairro Capoeiras, em Florianópolis, os membros do Conselho Estadual da Segurança Pública e Defesa Social, presididos pelo *Excelentíssimo Senhor Coronel Policial Militar Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar* e Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial, para a realização da primeira reunião ordinária. Presentes à reunião: o Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil, Delegada Ester Fernanda Coelho; o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Coronel Charles Alexandre Vieira; o Perito-Geral do Instituto Geral de Perícias, Giovani Eduardo Adriano; o Chefe da Defesa Civil, João Batista Cordeiro Júnior; a Secretária de estado da Defesa Social, Maria Elisa da Silveira de Caro; o Promotor de Justiça Jádel da Silva Júnior; o Subdefensor Público-Geral do estado de Santa Catarina, João Joffily Coutinho; a Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Delegada Luciana da Silva Pinto Maciel; o Diretor da Defesa Civil, Tenente-Coronel Aldrin Silva de Souza; o Assessor e o Auxiliar de Integração e Articulação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, respectivamente, Coronel Antonio João de Mello Júnior e Coronel Rogério Martins. Os trabalhos foram iniciados. O Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes fez a abertura da reunião justificando a criação do Conselho Estadual da Segurança Pública e Defesa Social com base nos requisitos do Fundo Nacional de Segurança Pública, programa de distribuição de recursos federais produto da arrecadação das loterias. O Conselho auxiliará na distribuição e fiscalização dos recursos utilizados na Segurança Pública do Estado. Ressaltou, também, que é profícua a instituição do Conselho, uma vez que se trata de instância que viabiliza troca de informações estatísticas e debate interinstitucional. Foi passada a palavra para a Assessoria de Articulação Institucional da Secretaria de Estado da Segurança Pública, representada pelo Assessor Coronel João Antônio Mello e pelo Auxiliar Coronel Rogério Martins: apresentaram o histórico legislativo que resultou na Lei dezessete mil e oitocentos e dois, de vinte e oito de novembro de dois mil e dezenove, que criou o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, o qual tem por finalidade atender aos princípios, às diretrizes, aos objetivos e às estratégias da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e propor diretrizes voltadas às políticas de segurança pública e defesa social, com o propósito de prevenir e reprimir a violência e a criminalidade. O Conselho será presidido pelo Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial e, no seu impedimento, pelo titular



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

2

da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. Será composto pelos seguintes membros titulares, com igual número de suplentes: Comandante-Geral da Polícia Militar; Delegado-Geral da Polícia Civil; Comandante-Geral do Corpo de bombeiros Militar; Perito-Geral do Instituto Geral de Perícias; Chefe da Defesa Civil; Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa; um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; um representante do Poder Judiciário; um representante do Ministério Público Estadual; um representante da Defensoria Pública do Estado; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado; dois representantes de entidades e organizações da sociedade civil, cuja finalidade esteja relacionada com políticas de segurança pública e de defesa social; e dois representantes de entidades de profissionais da segurança pública, por instituição. São regras basilares do Conselho: a função de membro não é remunerada, tem caráter público relevante e o seu exercício é considerado prioritário e de interesse público; nas ausências e nos impedimentos dos membros titulares assumirão seus suplentes; os representantes das entidades e organizações serão eleitos por meio de processo aberto a todas as entidades e organizações cuja finalidade esteja relacionada com as políticas de segurança pública e de defesa social, conforme convocação pública e critérios objetivos previamente definidos pelo Conselho, sendo que seus mandatos eletivos terão duração de dois anos, permitida uma recondução por igual período; os membros representantes de instituições serão nomeados por ato do Presidente do Conselho; o Conselho terá um secretário designado por ato do seu Presidente. O Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes assinou a Portaria que institui o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e nomeia seus membros, nos seguintes termos: Instituir o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, composto pelos seguintes membros titulares: CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; PAULO NORBERTO KOERICH, Delegado-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina; CHARLES ALEXANDRE VIEIRA, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina; GIOVANI EDUARDO ADRIANO, Perito-Geral do Instituto Geral de Perícias; JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR, Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina; LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA, Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – Substituto do Presidente do Conselho; Nomear os membros do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, representantes das seguintes instituições: MARIA ELISA DA SILVEIRA DE CARO, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; JÁDEL DA SILVA JÚNIOR, representante do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, sem direito a voto por vedação institucional; JOÃO JOFFILY COUTINHO, representante da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina; NOEL ANTONIO BARATIERI, representante da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina. O Auxiliar de Articulação



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

3

Institucional, Coronel Rogério Martins, informou que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Rodrigo Tolentino Collaço, solicitou que a indicação do representante do Judiciário seja feita pela próxima administração, e que o Ministério Público lembrou em ofício que o representante da Instituição não terá direito a voto, mas integrará o grupo. Os suplentes indicados foram: Polícia Militar - CORONEL CLÁUDIO ROBERTO KOGLIN; Instituto Geral de Perícias - PERITO CRIMINAL JÚLIO FREIBERGER FERNANDES; Corpo de Bombeiros Militar - CORONEL RICARDO JOSÉ STEIL; Polícia Civil - DELEGADA DE POLÍCIA ESTER FERNANDA COELHO; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - CORONEL DIRCEU ANTÔNIO OLDRA; Ministério Público - PROMOTOR DE JUSTIÇA GILBERTO POLLI; Defensoria Pública - DANIEL SANTIAGO BARBOSA; Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa - EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO; Secretaria de Estado da Defesa Civil - TENENTE-CORONEL ALDRIN SILVA DE SOUZA; Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina - MARCELO LUCIANO VIEIRA DE MELLO. A elaboração do edital para eleição das entidades de organização civil e profissionais de segurança pública ficou sob a responsabilidade da Assessoria de Articulação Institucional da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sendo que a minuta será enviada para os membros antes da próxima reunião, agendada para três de março de dois mil e vinte, às nove horas, neste mesmo local. Como critérios objetivos a serem incluídos no edital, o Auxiliar de Articulação Institucional, Coronel Rogério Martins, sugeriu maior tempo de criação da Instituição e maior número de integrantes/associados. O Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes abriu para manifestações dos presentes sobre o edital: o Perito-Geral Giovani Adriano acredita que devem ser instituições que tenham algum vínculo com a segurança pública; a Secretária Maria Elisa sugeriu que as instituições sejam atuantes em mais de um município e que tenham ao menos cinco anos de atuação comprovada na área; o representante da Defensoria Pública lembrou que se deve ter cuidado para que as instituições participantes não se restrinjam à Grande Florianópolis; o Promotor de Justiça Jádel da Silva concordou com as sugestões feitas. Minuta de Decreto para regulamentação do Conselho será elaborada e enviada aos membros para análise. Outras providências que serão viabilizadas pela Presidência do Conselho: designação de Secretário, elaboração de ata das reuniões, lista de presença das reuniões; criação de protocolo eletrônico para colacionar a documentação do conselho e possibilitar acesso aos membros. A periodicidade das reuniões ordinárias deve ser semestral, todavia, o Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes propôs que seja aprovado plano de trabalho na reunião agendada para o início do próximo ano, para que as reuniões sejam mais frequentes, com o que todos concordaram. Ficou definido que a data da próxima reunião será três de março de dois mil e vinte, das nove horas às onze horas. A Secretária Maria Elisa perguntou sobre custeio de diárias e transporte para os



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

4

representantes da sociedade civil participarem das reuniões. O Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes sugeriu utilizar como modelo a prática da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, sendo que a Secretária Maria Elisa irá enviar os documentos para Assessoria de Integração. Dada a palavra para os representantes presentes apresentarem suas considerações finais: a Secretária Maria Elisa disse que o Conselho é importante para integração e possibilitará que todos apresentem seus trabalhos e preocupações relacionadas à segurança pública e defesa social; o Promotor de Justiça Jádel da Silva disse que o Ministério Público tem interesse que as reuniões sejam pautadas por dados, possibilitando o planejamento de ações integradas; o Defensor Público João Coutinho vê com entusiasmo a criação do Conselho, pois é importante que a segurança pública seja discutida de forma plural dentro do Estado, colocando-se à disposição para auxiliar principalmente na atuação junto à população mais vulnerável; o Perito-Geral Giovani Adriano disse que se trata de uma forma ampliada do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial e, portanto, deve alcançar resultados muito positivos; o Comandante-Geral Coronel Charles Vieira disse que a criação do Conselho já é positiva por ser um grupo interinstitucional e com a participação da sociedade civil; a Delegada-Geral Adjunta Ester Coelho disse que o desafio é fazer dar certo em benefício da sociedade, com o Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial servindo como experiência; o Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes, em nome da Polícia Militar, disse que há otimismo em relação ao Conselho, que o Colegiado foi um aprendizado para atuação no Conselho, que espera que os resultados possam ser verificados na prática, no acompanhamento dos índices de criminalidade, como foi possível no trabalho do Colegiado neste ano. O Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes pediu espaço para fazer um ato de reconhecimento às instituições que compõem o Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial, pois o ano será finalizado com índice de cerca de nove vírgula cinco homicídios por cem mil habitantes, sendo este um índice internacionalmente definido como meta e o Estado de Santa Catarina será apenas o segundo a atingir no país. Chamado para receber a homenagem que registra a excelência dos índices da segurança pública neste ano, sendo tradição da Polícia Militar comemorar as estatísticas alcançadas, o Perito-Geral Giovani Adriano parabenizou o Comandante-Geral Coronel Araújo Gomes pela condução do Colegiado, registrou gratidão ao Governador do Estado pela confiança e coragem na criação do Colegiado. O Comandante-Geral Coronel Charles Vieira, ao receber a homenagem, disse que as reuniões do Colegiado foram enriquecidas pelas divergências de ideias e contribuíram para o crescimento das políticas de segurança pública do Estado. Por fim, a Delegada-Geral Adjunta Ester Coelho agradeceu a parceria das instituições membros do Colegiado e disse que a Polícia Civil fica feliz e orgulhosa pelas conquistas positivas deste ano, evidenciadas na homenagem



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

5

recebida. O Auxiliar de Articulação Institucional, Coronel Rogério Martins, informou que a ausência do representante da Ordem dos Advogados do Brasil, nesta reunião, foi justificada por motivo de força maior, e que o Secretário Leandro Lima, da Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa justificou sua ausência por motivo de saúde momentâneo.

Deliberações:

1. A Assessoria de Articulação Institucional elaborará minuta de edital de seleção de dois representantes de entidades e organizações da sociedade civil, cuja finalidade esteja relacionada com políticas de segurança pública e de defesa social; e dois representantes de entidades de profissionais da segurança pública, por instituição;
2. A Assessoria de Articulação Institucional elaborará minuta de Decreto de regulamentação do Conselho Estadual da Segurança Pública e Defesa Social;
3. O Presidente indicará quem exercerá a função de Secretário (a) do Conselho Estadual da Segurança Pública e Defesa Social;
4. O (a) Secretário (a) do Conselho deverá encaminhar nova solicitação de indicação de representante e de suplente ao poder judiciário, no mês de fevereiro, após o início da nova gestão daquela Entidade;
5. O (a) Secretário (a) do Conselho deverá providenciar a elaboração de nova Portaria para a nomeação dos suplentes, conforme indicados na presente reunião;
6. A próxima reunião será em três de março de dois mil e vinte, das nove horas às onze horas, neste local.

A reunião foi encerrada, sendo que eu, *Lise Anne de Borba Franzoni Gil*, agente de polícia civil e secretária *ad hoc* desta reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

**CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES
JÚNIOR**

Coronel PM Comandante-Geral da PMSC
PRESIDENTE

**LISE ANNE DE BORBA
FRANZONI GIL**

Agente de Polícia e Secretária *ad hoc*



Assinaturas do documento



Código para verificação: **JO12I4Q4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **CARLOS ALBERTO DE ARAUJO GOMES JUNIOR** (CPF: 573.XXX.969-XX) em 09/03/2020 às 15:26:06
Emitido por: "AC Certisign RFB G5", emitido em 12/05/2017 - 14:34:06 e válido até 11/05/2020 - 14:34:06.
(Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ **LISE ANNE DE BORBA FRANZONI GIL** (CPF: 023.XXX.909-XX) em 09/03/2020 às 16:54:16
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:33:13 e válido até 13/07/2118 - 14:33:13.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NQXzY5NjhMDAwMDgzMzdfODM1OV8yMDE5X0pPMTJJNFE0> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SSP 00008337/2019** e o código **JO12I4Q4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.